

# **DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS**

---

## **2022**





**FUNDAÇÃO  
JOSUÉ  
MONTELLO**



# **FUNDAÇÃO JOSUÉ MONTELLO**

Travessa Silva Jardim, 42 - Centro  
São Luís - Maranhão - CEP: 65020-560  
Telefones: (98) 2017-7100 / 2107-7107  
E-mail: [fjmontello@fjmontello.com.br](mailto:fjmontello@fjmontello.com.br)  
Site: [www.fjmontello.org](http://www.fjmontello.org)





**FUNDAÇÃO  
JOSUÉ  
MONTELLO**

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO**  
(Valores Expresso em R\$)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>		
<b>RECEITA SEM RESTRIÇÃO</b>	<b>6.042.319</b>	<b>9.710.883</b>
Receitas de Contratos Privados	973.588	744.026
Receitas de Doações e Contribuições	3.600	
Receitas de Estudos e Pesquisas	80.547	30.188
Receitas Operacionais e Administrativas	3.423.780	1.937.279
Outras Receitas	1.540.404	6.639.804
Receitas de Patrocínios	20.400	359.587
<b>TERMO DE COLABORAÇÃO GOV. ESTADUAL</b>	<b>552.055</b>	<b>620.088</b>
<b>RECEITA COM RESTRIÇÃO</b>	<b>32.390.175</b>	<b>19.527.522</b>
Atividade na Área de educação	5.236.115	78.254
Atividade na Área de Saúde	17.501.233	14.922.295
Atividade na Área de Assistência Social	285.437	815.230
Atividade na Área de Assistência à Saúde	516	797
Atividade na Área de Cultura	27.540	175.600
Atividade na Área de Medicina Legal	-	5.958
Atividade na Área de Educação em Saúde	2.252.592	2.746.109
Outras Atividades de Serviços Prestados	7.086.742	783.279
<b>TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL</b>	<b>38.984.549</b>	<b>29.858.493</b>
<b>DESPESAS</b>		
<b>DESPESAS DE PROJETO E PESQUISA</b>	<b>1.004.590</b>	<b>677.365</b>
Despesas Gerais e Administrativas	-	10.642
Despesas de Pessoal e Trabalhista	461.787	72.687
Serviços de Terceiros	258.068	398.578
Material de Consumo	284.736	195.458
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>5.008.436</b>	<b>6.734.440</b>
Despesas Administrativas	1.314.418	3.591.058
Despesas de Pessoal e Trabalhista	2.114.487	2.191.845
Serviços de Terceiros	1.202.750	575.064
Material de Consumo	40.978	37.499
Apoio ao Hospital Universitário	151.807	166.989
Apoio a UFMA	165.812	171.966
Apoio aos Projetos Diversos	18.184	18
<b>DESPESAS COM PROJETOS SOCIAIS</b>	<b>52.172</b>	<b>44.260</b>
Despesas administrativas	2.149	-
Despesas de Pessoal e Trabalhista	49.313	44.093
Material de Consumo	710	166
<b>DESPESAS TRIBUTÁRIAS</b>	<b>9.130</b>	<b>510</b>
<b>BENS DE PEQUENO VALOR</b>	<b>378</b>	<b>377</b>
<b>DESPESA COM RESTRIÇÃO</b>	<b>32.390.175</b>	<b>19.527.522</b>
Despesas na Área de Educação	5.236.115	78.254
Despesas na Área de Saúde	17.501.233	14.922.295
Despesas na Área de Assistência Social	285.437	815.230
Despesas na Área de Assistência à Saúde	516	797
Despesas na Área de Cultura	27.540	175.600
Despesas na Área de Medicina Legal	-	5.958
Despesas na Área de Educação em Saúde	2.252.592	2.746.109
Outras Atividades de Serviços Prestados	7.086.742	783.279
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>38.464.881</b>	<b>26.984.474</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>519.667</b>	<b>2.874.019</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>1.383.857</b>	<b>496.207</b>
RECEITAS FINANCEIRAS	1.423.299	517.292
DESPESAS FINANCEIRAS	(39.442)	(21.085)
<b>SUPERAVIT DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.903.524</b>	<b>3.370.226</b>

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Valores Expresso em R\$)

	<u>ATIVO</u>	2022	2021
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			
BANCOS C/ MOVIMENTO		344.562	841.009
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		36.850.722	21.979.045
VALORES A RECEBER		13.902.226	12.950.248
OUTROS CREDITOS		89.921	149.157
ESTOQUE		15.201	11.962
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		4.873	3.469
ANTECIPAÇÃO DE RECURSOS A CONTRATOS		4.603.832	1.709.417
CREDITOS DE CT ENCARGOS TRABALHISTAS		9.991.934	11.100.504
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>65.803.271</b>	<b>48.744.811</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
DEPÓSITOS JUDICIAIS		83.681	185.375
IMOBILIZADO		12.178.827	10.210.706
Imobilizado Permanente		3.190.594	3.094.827
Imobilizações em Bens de Terceiros		10.888.906	9.017,63
Depreciação de Imobilizado Permanente		(1.900.674)	(1.901.764)
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>12.262.508</b>	<b>10.396.081</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>78.065.779</b>	<b>59.140.892</b>
	<u>PASSIVO</u>		
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
FORNECEDORES		225.716	122.207
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS		1.683.805	985.738
OBRIGAÇÕES FISCAIS		249.988	144.032
PROVISÕES DIVERSAS		11.735.968	12.280.907
Férias e FGTS s/Férias		1.744.034	1.180.402
Provisões p/Indenizações e encargos		9.991.934	11.100.504
PROVISÕES P/CONTENCIOSOS		338.289	593.538
OUTRAS CONTAS À PAGAR		990	-
CONVÊNIO A EXECUTAR		6.158.568	7.067.263
RECEITA DIFERIDA		45.794.720	27.972.996
<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>66.188.045</b>	<b>49.166.682</b>
<b>PATRIMONIO LIQUIDO</b>			
PATRIMÔNIO SOCIAL		9.974.210	6.603.984
SUPERÁVIT ACUMULADO		-	-
SUPERAVIT DO EXERCICIO		1.903.524	3.370.226
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>11.877.734</b>	<b>9.974.210</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>78.065.779</b>	<b>59.140.892</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

(Valores Expresso em R\$)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>SUPERAVIT DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.903.524</b>	<b>3.370.226</b>
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	-	-
<b>(=) Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>1.903.524</b>	<b>3.370.226</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL**

(Valores Expresso em R\$)

DISCRIMINAÇÃO	PATRIMÔNIO SOCIAL	RESULTADO DO EXERCÍCIO	SUPERÁVIT/DÉFICIT ACUMULADO	TOTAL DO PATRIMÔNIO SOCIAL
<b>SALDOS EM 31/12/2020</b>	<b>60.000</b>	<b>2.907.633</b>	<b>3.636.351</b>	<b>6.603.984</b>
Transferência do superávit para o patrimônio Social	6.543.984	-2.907.633	-3.636.351	-
Superávit do Exercício	-	3.370.226	-	3.370.226
<b>SALDOS EM 31/12/2021</b>	<b>9.974.210</b>	<b>3.370.226</b>	-	<b>9.974.210</b>
Superávit do exercício	-	1.903.524	-	1.903.524
<b>SALDOS EM 31/12/2022</b>	<b>11.877.734</b>	<b>1.903.524</b>	-	<b>11.877.734</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO**

**(Valores expressos em reais)**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b><u>16.474.134</u></b>	<b><u>1.377.883</u></b>
(=) Superávit do exercício	1.903.524	3.370.226
Receitas/Despesas que não afetam o Caixa		
(+) Despesas de depreciações	130.783	149.801
(+/-) Ajuste de exercícios anteriores		-
<b>VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS</b>	<b>14.439.827</b>	<b>-2.142.144</b>
Fornecedores	103.509	-52.016
Obrigações Sociais e Trabalhistas	698.067	233.980
Obrigações Fiscais	105.956	43.364
Provisões	-544.939	469.071
Provisão para Contencioso	-255.249	158.018
Receitas diferidas e Convênios	16.913.029	-3.937.108
Outras contas a pagar	990	-
Créditos a receber	-951.978	-127.400
Outros Créditos	59.236	-16.338
Estoques	-3.239	-2.161
Despesas antecipadas	-1.404	69
Antecipação de Recursos a Contratos	-2.894.415	1.474.946
Depósitos realizáveis a longo prazo	101.694	-69.077
Adiantamento a Fornecedores	-	-83.638
Créditos de CT Encargos trabalhistas	1.108.570	-401.130
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>-2.098.904</b>	<b>-2.461.413</b>
Aquisições/Baixas no Imobilizado	-2.127.924	-2.579.207
Aquisições/Baixas nas Depreciações	29.021	117.794
<b>VARIAÇÃO TOTAL DAS ATIVIDADES</b>	<b>14.375.229</b>	<b>-1.083.530</b>
Início do Período	22.820.054	23.903.584
Final do Período	37.195.283	22.820.054
<b>VARIAÇÃO DE CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b><u>14.375.229</u></b>	<b><u>-1.083.530</u></b>



## NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31.12.2022

### NOTA 1- CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Josué Montello é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. Dotada de autonomia administrativa, patrimonial, de gestão financeira e operacional, instituída por Escritura Pública, lavrada às fls. 150 a 157 do livro de notas nº 586, do Cartório “Oswaldo Soares”, do Estado do Maranhão, registro nº 12.846 em 11 de setembro de 1996.

O objetivo social da Entidade é gerir, em caráter filantrópico e beneficente, os recursos do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão-HU-UFMA, oriundos do Sistema Único de Saúde – SUS ou de outras fontes, resultantes de assinatura de contratos, convênios e de outros instrumentos congêneres, provendo-o de recursos humanos, equipamentos e materiais que se fizerem necessários para a manutenção, expansão e melhoria da assistência médico-hospitalar prestada à comunidade maranhense bem como dar apoio ao ensino médico, às pesquisas científicas e tecnológicas e outras correlatas, de modo a propiciar ao HU-UFMA recursos financeiros que possam subsidiar suas atividades assistenciais, em especial, à parte da população hipossuficiente garantindo a gratuidade desses serviços à comunidade.

Para a consecução de seus objetivos, a FJMontello poderá apoiar projetos de interesse ou relevância pública e social, bem como de, ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e de inovação, em suas áreas administrativas, financeira, técnica e operacional, nos campos de atuação de: administração, assistência social, ciência e tecnologia, cultura, comunicação, educação, meio ambiente, planejamento, saúde, segurança, tecnologia de informação, economia solidária, desenvolvimento rural, segurança alimentar, desporto, direitos humanos e demais finalidades de interesse público, e: propiciar e promover a instalação e manutenção de cursos, estimular a edição de publicações técnicas e científicas, promovendo a divulgação do conhecimento, realizar e apoiar cursos, capacitações, formações, treinamentos, congressos, seminários, simpósios e conferências, conceder bolsas de estudo em nível de graduação e pós-graduação, para estágios, auxílios de assistência a professores, estudiosos e pesquisadores, obedecendo os critérios e condições preestabelecidos, emitir parecer técnicos e promover a divulgação dos resultados de pesquisas, explorar, por meio de convênios com Instituições Federais de Ensino Superior –IFES, Instituições Científicas e Tecnológicas – ICTs e a iniciativa Privada, inventos e descobertas de qualquer natureza, resultantes dos projetos de pesquisas, captar e receber diretamente os recursos financeiros necessários à formação e à execução dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, captar recursos por meio de realização de consultorias, perícias, serviços científicos e tecnológicos, técnico administrativo, treinamento especializado e exploração de atividade econômica, para garantia da sua subsistência e cumprimentos de seus objetivos, criar, gerenciar, promover e manter Fundo Patrimonial regido por Regimento próprio, com o objetivo de captar e gerir doações de pessoas físicas e jurídicas e de patrimônio constituído, para a viabilização de projetos, programas e demais finalidades de interesse público, promover atividades com finalidades de relevância pública e social, prestar à comunidade, de modo geral, mediante remuneração ou de forma gratuita, serviços de natureza cultural, técnica, científica, administrativa e educacional. Organizar e prestar serviços, mediante remuneração, nas áreas definidas no art. 5º, para entidades públicas e privados, nacionais ou estrangeiras, podendo celebrar convênios, contratos, acordos e outros instrumentos, que se fizerem necessários.

A Fundação Josué Montello, ao longo de sua história e pelo rigoroso cumprimento de seus nobres fins institucionais fez-se destinatária dos seguintes Títulos e Registros outorgados pelo Poder Público em suas diversas esferas:

- **ENTIDADE DE INTERESSE PÚBLICO ESTADUAL**, Lei nº7249, de 29.09.1998, publicada no DOE de 14.10.1998;
- **ENTIDADE DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL**, Lei nº3.750, de 16.12.1998, publicada no DOM de 24.12.1998;
- **INSCRIÇÃO NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**;
- **REGISTRADA NO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA –MA**;
- **CRENCIADA JUNTO AO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPQ**, para receber e gerenciar recursos oriundos de pessoa jurídica de direito privado para projetos de pesquisa;
- **CRENCIADA JUNTO AO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO-CNPQ**, para proceder importações com benefícios da lei nº8010/1990;
- **CRENCIADA E AUTORIZADA POR ATO CONJUNTO DOS MINISTERIOS DA EDUCAÇÃO –MEC E DE CIENCIA E TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E COMUNICAÇÃO – MCTIC**, como fundação de apoio a Universidade Federal do Maranhão- UFMA e ao Instituto federal de educação ciência e tecnologia do maranhão –IFMA;
- **CRENCIADA COMO ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL JUNTO À SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE**;
- **QUALIFICADA COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL JUNTO À SECRETARIA DE SAUDE**.
- **REGISTRO E CRENCIAMENTO DE FUNDAÇÃO DE APOIO O GRUPO DE APOIO TÉCNICO EM MINAS GERAIS- GATMG**, resolução SEDE Nº14 de 03 abril 2020, lei estadual nº22.929/2018, Decretos Estaduais 47.442/2018,47.512/2018.

<b>2.8</b>	<b>CRÉDITOS DE CT - ENC. TRABALHISTAS</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>31.12.2021</b>
		9.991.934	11.100.505

Os valores representam provisões para pagamento do 13º salário, férias, aviso prévio, rescisões contratuais, multa de FGTS rescisório e processos trabalhistas relacionados a projetos encerrados ou em andamento.

<b>2.9</b>	<b>IMOBILIZADO</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>31.12.2021</b>
	IMOBILIZADO	<u>12.178.827</u>	<u>10.210.706</u>
	Imobilizado Permanente	3.190.594	3.094.827
	Imobilizações em Bens de Terceiros	10.888.906	9.017.643
	Depreciação de Imobilizado Permanente	(1.900.674)	(1.901.764)

Registrado ao custo de aquisição ou construção. As depreciações são calculadas pelo método linear a taxas permitidas pela legislação em vigor. Os bens registrados no Imobilizado de Terceiros não são depreciados, pelo fato de serem doados no final do contrato para o Órgão Contratante.

<b>2.10</b>	<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>31.12.2021</b>
	FORNECEDORES	225.716	122.207
	OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	1.683.805	985.738
	OBRIGAÇÕES FISCAIS	249.988	144.032
	PROVISÕES DIVERSAS	11.735.968	12.280.907
	OUTRAS CONTAS A PAGAR	990	-

São demonstrados pelas obrigações com fornecedores, encargos sociais, trabalhistas, fiscais e provisões para pagamento do 13º salário, férias, aviso prévio, rescisões contratuais, multa de FGTS rescisório e processos trabalhistas relacionados a projetos encerrados ou em andamento. As obrigações estão demonstradas por valores conhecidos ou estimados, incluídos os encargos e variações monetárias incorridas. As provisões de férias foram efetuadas, acrescidas de seus respectivos encargos sociais tendo sido apropriadas em despesas, obedecendo ao regime de competência.

<b>2.11</b>	<b>PASSIVOS CONTINGENTES</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>31.12.2021</b>
	PROVISÕES P/ CONTENCIOSOS	338.289	593.538

A entidade avalia as suas contingências ativas e passivas, de acordo com as determinações emanadas pela Norma e Procedimento de Contabilidade – NPC N° 22, instituída pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e aceita pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, através da Resolução n° 1.066, de dezembro de 2005, revogada pela Resolução n° 1.180 de 24.07.2009 que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 19.7. Passivos contingentes são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança.

<b>2.12</b>	<b>OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>31.12.2021</b>
	CONVÊNIO A EXECUTAR	6.158.568	7.067.263
	RECEITA DIFERIDA	45.794.721	27.972.966

Representados por caução e seguro a pagar, convênios a executar e receita diferida, que são os saldos dos contratos de entidades públicas, os quais serão utilizados dentro do estabelecido no Projeto Básico, aprovado junto à instituição concedente de acordo com as rubricas aprovadas no respectivo contrato.

#### **2.13 PATRIMONIO SOCIAL**

Conforme estatuto, as rendas geradas pela Fundação são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais comentados na Nota 1. Na eventual possibilidade de encerramento das atividades da Fundação, por meio de decisão unânime da totalidade dos membros do Conselho Curador, seu Patrimônio Social será incorporado integralmente ao Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão, ou para outra Pessoa Jurídica de igual natureza da FJMontello.

#### **2.14 APURAÇÃO DO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO**

## NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 2.1 APRESENTAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluído as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros, combinada com a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. As demonstrações são compostas por: Balanço Patrimonial; Demonstração de Resultado do Exercício; Demonstração dos resultados abrangentes, Demonstração das Mutações do Patrimônio Social; Demonstração do Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas.

### 2.2 REGIME DE ESCRITURAÇÃO

O resultado foi apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

### 2.3 ATIVOS FINANCEIROS

	31.12.2022	31.12.2021
BANCOS C/ MOVIMENTO	<u>344.562</u>	<u>841.009</u>
Recursos Livres	11.947	850
Recursos com Restrições	332.615	840.160
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	<u>36.850.722</u>	<u>21.979.045</u>
Recursos Livres	3.776.577	4.730.038
Recursos com Restrições	33.074.144	17.249.007
VALORES A RECEBER	<u>13.902.226</u>	<u>12.950.248</u>
De Atividade na área de Saúde	10.420.325	10.179.037
De Contratos e Convênios Privados	1.412.678	1.272.733
De Projetos e Estudos de Pesquisa	51.774	41.549
De Atividade em na área de Assistência Social	-	311.491
Do Atividade em Tecnologia da Informação	-	37.200
De Outras Atividades de Serviços Prestados	2.577.560	1.157.305
Perdas Estimadas em Credito de liquidação Duvidosa	(560.112)	(49.066)

- Banco c/movimento – incluem os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, depósitos livres e depósitos com restrições. Os depósitos livres representam os depósitos bancários à vista correspondente a recursos próprios e os depósitos com restrições correspondem a recursos recebidos de terceiros.
- Aplicações Financeiras – Os resultados de aplicações financeiras de liquidez imediata estão pelo valor da aplicação acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço.
- Valores a receber - Registrados pelo valor das notas fiscais emitidas até o encerramento do exercício e deduzido pelos respectivos recebimentos. A provisão para recebimentos incertos é constituída em montante suficiente para cobrir eventuais perdas estimadas.

### 2.4 OUTROS CRÉDITOS

31.12.2022	31.12.2021
89.921	149.157

Os valores representam adiantamento de férias vencidas e proporcionais, acrescida dos correspondentes encargos sociais, imposto a recuperar e a adiantamento a terceiros.

### 2.5 ESTOQUE

31.12.2022	31.12.2021
15.200	11.962

Avaliados pelo custo médio de aquisição, ajustados ao valor de realização, quando aplicável.

### 2.6 DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

31.12.2022	31.12.2021
4.873	3.469

As despesas antecipadas estão registradas no ativo circulante, sendo apropriados mensalmente ao resultado, pelo regime de competência e em conformidade com as cláusulas dos contratos de seguros e assinaturas.

### 2.7 ANTECIPAÇÕES DE RECURSOS A CONTRATOS

31.12.2022	31.12.2021
4.603.832	1.709.417

Os valores representam as antecipações de receitas realizadas pela administração para cobrir as folhas de pagamento e encargos sociais e trabalhistas e obrigações fiscais dos contratos celebrados, cujos recebimentos dos créditos se realizarão no exercício seguinte.

<b>2.8</b>	<b>CRÉDITOS DE CT - ENC. TRABALHISTAS</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>31.12.2021</b>
		9.991.934	11.100.505

Os valores representam provisões para pagamento do 13º salário, férias, aviso prévio, rescisões contratuais, multa de FGTS rescisório e processos trabalhistas relacionados a projetos encerrados ou em andamento.

<b>2.9</b>	<b>IMOBILIZADO</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>31.12.2021</b>
	IMOBILIZADO	<u>12.178.827</u>	<u>10.210.706</u>
	Imobilizado Permanente	3.190.594	3.094.827
	Imobilizações em Bens de Terceiros	10.888.906	9.017.643
	Depreciação de Imobilizado Permanente	(1.900.674)	(1.901.764)

Registrado ao custo de aquisição ou construção. As depreciações são calculadas pelo método linear a taxas permitidas pela legislação em vigor. Os bens registrados no Imobilizado de Terceiros não são depreciados, pelo fato de serem doados no final do contrato para o Órgão Contratante.

#### **2.10 PASSIVOS FINANCEIROS**

	<b>31.12.2022</b>	<b>31.12.2021</b>
FORNECEDORES	225.716	122.207
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	1.683.805	985.738
OBRIGAÇÕES FISCAIS	249.988	144.032
PROVISÕES DIVERSAS	11.735.968	12.280.907
OUTRAS CONTAS A PAGAR	990	-

São demonstrados pelas obrigações com fornecedores, encargos sociais, trabalhistas, fiscais e provisões para pagamento do 13º salário, férias, aviso prévio, rescisões contratuais, multa de FGTS rescisório e processos trabalhistas relacionados a projetos encerrados ou em andamento. As obrigações estão demonstradas por valores conhecidos ou estimados, incluídos os encargos e variações monetárias incorridas. As provisões de férias foram efetuadas, acrescidas de seus respectivos encargos sociais tendo sido apropriadas em despesas, obedecendo ao regime de competência.

#### **2.11 PASSIVOS CONTINGENTES**

	<b>31.12.2022</b>	<b>31.12.2021</b>
PROVISÕES P/ CONTENCIOSOS	338.289	593.538

A entidade avalia as suas contingências ativas e passivas, de acordo com as determinações emanadas pela Norma e Procedimento de Contabilidade – NPC N° 22, instituída pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e aceita pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, através da Resolução n° 1.066, de dezembro de 2005, revogada pela Resolução n° 1.180 de 24.07.2009 que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 19.7. Passivos contingentes são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança.

#### **2.12 OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES**

	<b>31.12.2022</b>	<b>31.12.2021</b>
CONVÊNIO A EXECUTAR	6.158.568	7.067.263
RECEITA DIFERIDA	45.794.721	27.972.966

Representados por caução e seguro a pagar, convênios a executar e receita diferida, que são os saldos dos contratos de entidades públicas, os quais serão utilizados dentro do estabelecido no Projeto Básico, aprovado junto à instituição concedente de acordo com as rubricas aprovadas no respectivo contrato.

#### **2.13 PATRIMONIO SOCIAL**

Conforme estatuto, as rendas geradas pela Fundação são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais comentados na Nota 1. Na eventual possibilidade de encerramento das atividades da Fundação, por meio de decisão unânime da totalidade dos membros do Conselho Curador, seu Patrimônio Social será incorporado integralmente ao Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão, ou para outra Pessoa Jurídica de igual natureza da FJMontello.

#### **2.14 APURAÇÃO DO SUPERÁVIT DO EXERCICIO**

Apresentou um Superávit no valor de **1.903.524** (Um milhão, novecentos e três mil, quinhentos e vinte e quatro mil reais). O resultado foi apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

## 2.15 RECONHECIMENTO DE RECEITA

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo-se como base a etapa de execução dos serviços realizados até o encerramento do balanço, na medida em que todas as despesas relacionadas aos serviços possam ser mensuradas confiavelmente.

## 2.16 CONTIGENCIAS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

Na data das demonstrações financeiras, a Fundação apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

PROVISÕES P/CONTENCIOSOS	338.289
DEPÓSITOS JUDICIAIS	(83.681)
PROVISÃO LIQUIDA	254.608

A Fundação é parte envolvida em processos trabalhistas, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões efetuadas para eventuais perdas, foram efetuadas considerando as causas com possibilidade de perda provável e mensuráveis com suficiente segurança, conforme opinião de seus consultores jurídicos externos.

Além das provisões que foram contabilizadas, a Fundação possui ações judiciais cuja possibilidade de perda foi considerada possíveis, conforme opinião de seus consultores jurídicos externos, abaixo detalhado:

Processo: 10320-724.499/2015-70 – Auto de Infração – Secretaria da Receita Federal do Brasil	5.787.368
Processo: 10320-724.497/2015-81 – Auto de Infração – Secretaria da Receita Federal do Brasil	71.018.512
Processo: 10320-724.498/2015-25 – Auto de Infração – Secretaria da Receita Federal do Brasil	14.947.577
TOTAL DAS PROVISÕES C/ POSSIBILIDADE DE PERDA POSSIVEL	91.753.457

As contingências com possibilidade de perda possível, referem-se a Autos de Infração perante a Secretaria da Receita Federal, cujo objeto é a imunidade da Quota Patronal, RAT e Terceiros.

O processo nº0003817-06.2016.4.01.3700, que tramita perante a 3ª Vara Federal de São Luís/MA, pretendia anulação dos autos de infração nº10320-724.499/2015-70,10320-724.497/2015-81 e 10320-724.498/2015-25, em primeira instancia foi julgado totalmente procedente. Porém, o TRF da 1ª Região, proveu parcialmente recurso de apelação interposto por União, para o fim de manter a cobrança da contribuição previdenciária inerente às Terceiras Entidades e Fundos (Terceiros) e da Contribuição Previdenciária a cargo dos segurados. Os consultores que acompanham estes processos, observam que:(a) a Fundação Josué Montello não havia sido intimada para contrarrazões;(b) não foi analisada a incidência do Art.3º, § 5º, da Lei nº11.457/2007, no tocante a isenção tributária de "Terceiros" e;(c) também não são consideradas decisão da Consultoria Jurídica do MPAS, de 24.03.1999,e a Solução de consulta Interna COSIT nº9,de 23.06.2015,publicada no sitio da RFB em 14/07/2015,referente a Contribuição Previdenciária a cargo dos segurados. Assim, foram opostos embargos de declaração arguindo nulidades e omissões, os quais pendem de julgamento pela 7ª Turma do TRF 1ª Região desde 28/09/2018.Em razão de desmembramento de terceiros e cobrança indevida da parte dos segurados, foi requerido o cumprimento de tutela de Urgência de suspensão da exigibilidade dos tributos, porem indeferida, e em 05/11/20 após novo embargos de Declaração em acordão de apelação foi julgado em 24/11/20, sendo acolhido o pedido de anulação do acordão anterior em razão da nulidade na falta de intimação para contrarrazões ao apelo. Sentença favorável para anulação dos autos de infração. Recurso de apelação interposto pela União. Aguardando julgamento.

## NOTA 3 - ASPECTOS FISCAIS

A Fundação, na condição de entidade sem fins lucrativos e filantrópica, goza da imunidade tributária no que se refere ao seu Patrimônio, rendas e serviços, inclusive abrangendo as contribuições sociais e previdenciárias, para o desenvolvimento de seus objetivos atendendo aos requisitos legais e constitucionais que asseguram esta imunidade, previstos quanto aos Impostos no Art.150,Inc.VI "C" da Constituição; quanto as contribuições sociais e previdenciárias, nos Artigos 195, § 7º e 146,Inc.II,cc Art.14 do CTN (conforme Tema 32 do STF).

## NOTA 4 - ATIVIDADES FILANTRÓPICAS

A Fundação Josué Montello vem desenvolvendo suas atividades filantrópicas através das ações de Assistência à Saúde bem como o apoio ao desenvolvimento de Projetos de Ensino Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento Institucional, viabilizados pelo HU-UFMA e pela gestão de projetos de órgãos públicos estadual e municipal. Ainda desenvolve e apoia os seguintes projetos sociais: projeto Biti Orun (Sol é Vida), Projeto Girassóis, Projeto Vida Nascente Construtores da Paz, Projeto Cidadanear no município de São Luís –MA; projeto Aprendendo a Ser Incluído no município de Balsa –MA; Projeto Temática Rural Quilombola (Semana do Bebe Quilombola) uma parceria com a Prefeitura Municipal de Bequimão - MA e o assessoramento ao projeto "Educazione, Salute, Acqua e Autosviluppo famigliare" (Educação, Saúde, Água e Autodesenvolvimento Familiar), com parceria com a ONG Medicus Mundi Itália e a Associação Santo Antônio dos Pretos (ASA dos Pretos), do município de Penalva -MA.

## NOTA 5 - ISENÇÕES USUFRUÍDAS

A Fundação, na condição de entidade sem fins lucrativos e filantrópica, usufruiu de desoneração das contribuições sociais e previdenciárias, descritas como as devidas fossem, no exercício de 2021 e 2020, como seguem:

DESCRIÇÃO DO TRIBUTOS	31/12/2022	31/12/2021
Cota Patronal + SAT + Terceiros	5.129.830	3.386.074

## NOTA 6 - GRATUIDADES E BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

A FJMONTELLO foi instituída com o objetivo principal de apoiar o Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão – HUUFMA, que além de Hospital Escola é referência dos procedimentos de alta complexidade para o Sistema Único de Saúde –SUS, no Estado do Maranhão.

No cumprimento de seu objetivo e para apoiar os serviços especializados e as pesquisas realizados pelo Hospital Universitário, a FJMONTELLO cedeu a título de comodato três imóveis de sua propriedade:

- Imóvel onde funciona o Centro de Prevenção de Doenças Renais com o objetivo de oferecer à população maranhense um atendimento diferenciado às diversas patologias renais, observando as causas tratáveis e preveníveis da doença, localizado à rua Silva Jardim, 83- Centro, avaliado em R\$-1.384.000 (Um milhão trezentos e oitenta e quatro mil reais), renunciando ao aluguel no valor anual de R\$- 117.075 (cento e dezessete mil e setenta e cinco reais).
- Imóvel onde funciona o Centro Oftalmológico do HUUFMA, localizado à rua Silva Jardim, 93-Centro, avaliado em R\$-1.465.000 (Um milhão quatrocentos e sessenta e cinco mil reais), renunciando ao aluguel no valor anual de R\$-148.700 (cento e quarenta e oito mil e setecentos reais).
- Imóvel localizado na rua Coelho Neto, 322, Centro, avaliado em R\$-421.000 (Quatrocentos e vinte e um mil reais), renunciando ao aluguel no valor anual de R\$- 18.053 (dezoito mil cinquenta e três reais).

## NOTA 7 - APLICAÇÕES DE RECURSOS

Os recursos foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com o Estatuto Social, demonstrado pelas despesas e investimentos patrimoniais.

## NOTA 8 - COBERTURA DE SEGUROS

A entidade mantém apólices de seguro visando cobrir riscos operacionais, compreendendo os veículos, prédio, equipamentos eletrônicos, junto a instituições seguradoras nacionais, em valores considerados suficientes para cobrir os riscos correspondentes.

### CONSELHO CURADOR

Regina Céli Miranda Reis Luna - Presidente  
Maria de Fatima da Silva Fonteles -Vice-Presidente

### Conselheiros

Ana Helia de Lima Sardinha  
Ana Karina Teixeira da Cunha França  
Alcione Miranda Santos  
Antonio Raposo Filho  
Fernanda Ferreira Lopes  
Gardenia Baluz Couto  
Livio Estrela Soares

### DIRETORIA EXECUTIVA

Alcimar Nunes Pinheiro – Diretor Presidente  
Maria Ocirema da Silva G. Oliveira- Superintendente

São Luís -MA, 31 de dezembro de 2022.

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Aos  
Conselheiros e Diretores da  
Fundação Josué Montello  
São Luís-MA.**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Josué Montello, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

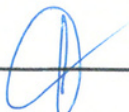
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Josué Montello em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

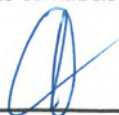
Os responsáveis da administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



---

AUDIPLAC AUDITORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL S/S

CNPJ: 41.396.359/0001-07 – CRC nº 282,

Av. Santos Dumont, 2122, salas 108, 109 e 110 – Aldeota, CEP: 60.150-161, Fortaleza-CE.

Fone/Fax 3244.7154, Email: auditoria@audiplacauditoria.com.br



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 24 de março de 2023.

Audiplac Auditoria e Assessoria Contábil S/S  
CRC-CE-000282/O-9 S-MA



**José Teixeira de Souza Filho**  
Contador CRC CE – 4.702/O-6

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Fundação Josué Montello, reunido ordinariamente, dia 11 de abril de 2023, às 15:00 horas, com a presença dos Conselheiros abaixo assinados, convocados para analisar e emitir parecer sobre os Demonstrativos Contábeis do Exercício de 2022, composto por:

1. Balanço Patrimonial
2. Demonstração de Resultado do Exercício
3. Demonstração dos Resultados Abrangentes
4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Social
5. Demonstração do Fluxo de Caixa
6. Notas Explicativas sobre as demonstrações contábeis encerradas em 31.12.2022.

E, ainda com base no Parecer da Auditoria Independente, realizada pela Firma AUDIPLAC – Auditoria e Assessoria Contábil S/S, depois de tudo visto e bem examinado, emite o seguinte parecer:

Somos favoráveis à aprovação dos Demonstrativos Contábeis do exercício de 2022, considerando que a documentação apresentada está de acordo com as normas estatutárias e legislação vigente e com base no Parecer da Auditoria Independente.

Dê-se conhecimento deste parecer à Diretoria Executiva e encaminhe-se ao Conselho Curador.

São Luís, 11 de abril de 2023

Maria do Socorro Pereira Mendes da Silva  
Presidente

José Ribamar Santana Netto  
Conselheiro

Álvaro Silva Andrade  
Conselheiro

Raimundo Nonato da Mota Neto  
Conselheiro



**FUNDAÇÃO  
JOSUÉ  
MONTELLO**

